

# Tribuna

## da Função Pública



Boletim N.º 9 – Março/Abril 2009

Sector da Função Pública – Direcção Regional de Lisboa do PCP



**1. Trinta** e cinco anos depois do 25 de Abril os trabalhadores da Administração Pública (A.P.) vivem hoje numa situação de incerteza, de medo, de arbitrio e discricionariedade, de intensificação dos ritmos de trabalho, de tensão e, quantas vezes, de perseguição, a que se junta a revolta pelo agravamento das condições e aumento do tempo para a aposentação.

Clima propício à desmotivação, ao “deixa andar”, à descrença na política e na democracia que, quantas vezes, os leva a solicitar a aposentação, mesmo com penalizações, por não aguentarem mais a pressão e as injustiças a que estão sujeitos no dia a dia no seu local de trabalho.

**2. Esta** situação resulta, como o PCP vem de há muito alertando os trabalhadores, da política de direita do Governo PS que, a pretexto do combate ao défice e da necessidade de Reforma da Administração Pública, pretende na realidade destruir a Administração Pública (“emagrecimento” do Estado), privatizando tudo o que der lucro e, colocando o que restar da A.P. ao serviço dos interesses do grande capital privado.

Pelo caminho destrói as funções sociais do Estado (veja-se o que acontece na saúde, na educação, etc.); destrói o sistema de carreiras; elimina os quadros de pessoal e substitui-os por mapas de pessoal a gerir arbitrariamente pelos dirigentes dos serviços;

cria o SIADAP e o famigerado sistema de quotas; envia trabalhadores para a mobilidade (antecâmara do despedimento); culminando coma extinção do vínculo público para a generalidade dos trabalhadores e a criação do regime de contrato de trabalho em funções públicas.

Entretanto pagam-se fortunas a consultores privados para a produção de pareceres, para a criação de sistemas informáticos, para a contratação de pessoal a empresas externas.

**3. É** intolerável a situação a que chegou a A.P. pela aplicação da política de direita do Governo PS. Mas se a situação é grave para os trabalhadores, quer como funcionários do Estado, quer como utentes dos serviços públicos, mais grave seria se os trabalhadores não tivessem oposto uma tenaz resistência a esta política expressa nas grandes manifestações e greves realizadas.

E se o Governo conseguiu levar por diante muitas das alterações legislativas a que se propunha, está longe de ter conseguido implementá-las na totalidade.

Só a luta organizada dos trabalhadores pode opor uma barreira eficaz ao desvario da política de direita deste Governo!

# Sabia que ?

1

O desemprego em sentido restrito atingiu, no último trimestre de 2008, 7,8% do total da população activa e, em sentido lato, atingiu no mesmo período os 574 200 trabalhadores, 10,1% da população activa.

2

O nº de trabalhadores com contratos a prazo atingiu no último trimestre de 2008, os 882 800 trabalhadores (22,3% do total dos trabalhadores por conta de outrem) e o trabalho precário atingiu 32% do total do emprego por conta de outrem.

3

De acordo com o Eurostat, os salários reais dos trabalhadores portugueses tiveram nos últimos 4 anos uma quebra acumulada de -1,5%.

4

Cerca de 2 milhões de portugueses têm um rendimento inferior a 366 Euros por mês.

5

Somos o país mais desigual da EU. Portugal tem o maior coeficiente entre os 20% das famílias de mais elevados rendimentos e os 20% de mais baixos rendimentos - 6,5 - da UE27.

6

O sector primário da nossa economia (Agricultura, Silvicultura e Pescas) representa hoje apenas 2,4% do Valor Acrescentado Bruto Nacional (VAB).

7

Nos últimos 4 anos foram abatidas 844 embarcações (cerca de 10,7% da frota pesqueira).

8

Nos últimos 4 anos as importações de produtos alimentares aumentaram 20,4%.

**Não ao código do trabalho - Melhores salários - Combate à precariedade**

**E' TEMPO DE LUTAR  
E' TEMPO DE MUDAR!**

**Mais força ao PCP**

## Deputados do PCP

### no Parlamento Europeu

Compromissos cumpridos! Trabalho feito!

Uma intervenção pautada por uma profunda ligação e conhecimento da realidade do País!

Os Deputados do PCP no Parlamento Europeu

- Declararam **NÃO** à “**Constituição Europeia**” e ao “**Tratado de Lisboa**”, denunciaram as suas gravosas consequências para os trabalhadores e para o País e exigiram a realização de uma consulta por referendo ao povo português;
- Realizaram **centenas e centenas de encontros, visitas e debates** com trabalhadores, utentes dos serviços públicos, reformados, agricultores, pescadores, micro, pequenos e médios empresários, populações, mulheres, jovens, pessoas portadoras de deficiência, emigrantes e imigrantes;
- Participaram nas **grandiosas manifestações e em inúmeras acções de luta** pelos direitos e conquistas laborais e sociais dos trabalhadores;
- Promoveram e participaram em acções **pelo fim da guerra, em defesa da paz e da solidariedade** para com outros povos;
- Apresentaram **centenas e centenas de propostas** com vista à resolução dos problemas concretos dos trabalhadores, das populações e do País;
- Foram responsáveis pela elaboração de **28 relatórios e pareceres** no PE;
- Subscreveram cerca de **70 resoluções** no PE, algumas das quais agendadas por sua iniciativa;
- Apresentaram mais de **700 perguntas** (requerimentos) à Comissão Europeia e ao Conselho da União Europeia;
- Elaboraram mais de **1300 intervenções e declarações de voto** em sessão plenária no PE.

### ANÁLISE QUANTITATIVA DO TRABALHO DOS EURODEPUTADOS PORTUGUESES

	Perguntas	Intervenções	Outros	Total
Ilda Figueiredo (CDU)	<u>469</u>	<u>704</u>	<u>65</u>	<u>1238</u>
Pedro Guerreiro (CDU)	<u>189</u>	<u>663</u>	<u>37</u>	<u>889</u>
Manuel dos Santos (PS)	10	837	7	<b>854</b>
Luís Queiró (CDS)	26	676	6	<b>708</b>
Ribeiro e Castro (CDS)	256	210	43	<b>509</b>
Paulo Casaca (PS)	274	103	36	<b>413</b>
Ana Gomes (PS)	62	117	85	<b>264</b>
Edite Estrela (PS)	38	208	16	<b>262</b>
Carlos Coelho (PSD)	33	203	21	<b>257</b>
Duarte Freitas (PSD)	20	137	11	<b>168</b>

Os 10 primeiros exemplos dos dados disponíveis no site do Parlamento Europeu e relativos ao período entre Julho de 2004 e Março de 2009

Estamos a entrar num ciclo marcado pela realização de três actos eleitorais – europeias, legislativas e autárquicas – que assume na actual situação económica e social, uma importância significativa.

**Nos últimos quatro anos o Governo/PS, a pretexto de uma dita modernização da Administração Pública, implementou o PRACE e um largo conjunto de medidas legislativas com as quais desferiu um ataque sem precedentes aos direitos dos Trabalhadores da Administração Pública às suas condições de vida e de trabalho e ao seu poder de compra que diminuiu entre os 7,5% e os 11,3%.**

O Governo alterou as carreiras, os vínculos e as remunerações dos trabalhadores e criou uma nova filosofia de gestão cujo fio condutor é a facilitação do despedimento. O SIADAP, o quadro da mobilidade (antecâmara dos despedimentos), o Estatuto Disciplinar e a inadaptação convergem para esse objectivo, alargando as injustiças e dificuldades no funcionamento e qualidade dos serviços públicos e pondo em causa a independência dos Funcionários Públicos, tal como a Constituição os define.

**O Governo tenta através de um discurso facilitista e demagógico junto da opinião pública, dizer**

**que criou uma Administração Pública moderna e próxima dos cidadãos, mas a prática do funcionamento dos serviços tem-se encarregado de desmentir.**

Na verdade, o que Sócrates conseguiu

***O Poder de compra dos Trabalhadores da Administração Pública com este Governo diminuiu entre os 7,5% e os 11,3%***

foi responder à pressão das clientelas económicas, entregando-lhes funções do Estado nas áreas da saúde, educação e segurança social.

**Nos quatro anos da maioria absoluta PS/Sócrates, perderam os trabalhadores, as populações e o País. Sócrates foi o executor da política de direita que os trabalhadores sentem no dia a dia – vivem hoje pior e com menos direitos.**

Com a alteração do Estatuto de Apo-

**sentação, cerca de 90% dos Trabalhadores da Função Pública**

**viram as regras alteradas a meio do jogo e isto não é sério!**

**O PCP, solidário com a justa luta dos Trabalhadores da Administração Pública e convicto que a lei dos vínculos, carreiras e remunerações e as novas normas da Aposentação violam princípios constitucionais, desenvolveu esforços na Assembleia da República para reunir um número mínimo de assinaturas necessárias (23 – 10% do total de deputados), para solicitar ao Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva da constitucionalidade daquelas leis.**

***A luta dos trabalhadores impediu que os objectivos do Governo fossem mais longe na sua concretização.***

**Embora não tendo o número de Deputados necessários, o PCP assumiu esta reivindicação dos trabalhadores, que não têm forma de se dirigir ao Tribunal Constitucional e conseguiu este importante objectivo.**

**Foi a luta abnegada dos trabalhadores que impediu que os objectivos do Governo fossem mais longe na sua concretização.**

Os trabalhadores sabem que essa luta vai ter que continuar, não podem deixar-se enganar por conversas de circunstância eleitoralista, vindas do primeiro-ministro, da Dr<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (que no essencial está de acordo com estas medidas), ou de outros, que nunca assumindo, contribuíram para a situação existente na Administração Pública.

Em ano de eleições

**os Trabalhadores da Função Pública, cerca de 700 mil, têm forte oportunidade de condenar a acção do Governo PS e de exigir um novo rumo para a vida política nacional.**

Uma nova política que garanta uma Administração Pública ao serviço do Povo e do País, que preste serviços públicos de qualidade, universais e gratuitos na saúde, na educação e no sistema de Segurança Social.

**O voto tem um valor, que é o valor de contribuir para decidir do nosso destino colectivo e dar mais força àqueles que coerentemente têm estado ao lado dos trabalhadores, com a sua luta, em defesa da sua dignidade e da reconquista dos seus direitos ao vínculo de emprego público, na aposentação, na carreira, entre outros.**

**Por estas razões, quanto maior for a força do PCP e da CDU no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, mais bem defendidos estarão os direitos dos Trabalhadores!**

**23 MAIO**

**15H00 • SALDANHA - MARQUÊS POMBAL • LISBOA**

**MARCHA**

**PROTESTO  
CONFIANÇA  
E LUTA!**



**nova política  
uma vida melhor**

PCP-PEV

